25. JUN. 1985 CIDAC 00306 TL 2875
Centro de Documentação

amnesty international
SECÇÃO PORTUGUESA (Pessoa Colectiva 501223738)
Secretariado de Imprensa
Tx. 64321 AMNSTY P
Rua Martens Ferrão, 34-3º Drt.
1000 LISBOA
Tel. (01) 523537

AISP ASA 21/01/85
Comunicado: 11/85
Data: 26/JUN/85

PREMIO NOBEL DA PAZ 1977 • PREMIO DOS DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS 1978

C O M U N I C A D O D E I M P R E N S A

(Não publicar antes das ØØ.Ø1 horas de 4ª. Feira, 26 de Junho/1985)

A AMNISTIA INTERNACIONAL REFERE A PRÁTICA SISTEMÁTICA DE TORTURA E EXECUÇÕES EM TIMOR-LESTE

Num novo e detalhado Relatório publicado hoje (4ª. Feira, 26 de Junho), a Amnistia Internacional afirma que as forças armadas indonésias torturaram de forma sistemática e executaram pessoas em Timor-Leste desde que invadiram o território em 1975.

Chamando a atenção para o apertado controle da informação imposto pelas autoridades indonésias, o Movimento internacional de defesa dos direitos humanos apelou às autoridades que divulguem as identidades de antigas vitimas e investiguem os relatos de violações dos direitos humanos. A Amnistia Internacional insistiu novamente na urgente necessidade das autoridades autorizarem o livre acesso de observadores independentes ao território para que a opinião pública mundial possa ajuízar se ainda se prosseguem as graves violações de direitos humanos já denunciadas.

O Relatório cita provas da execução de prisioneiros, da morte de outros após tortura, e de "desaparecimentos" de detidos sob custódia das forças militares indonésias. O Relatório abrange o período desde a invasão indonésia de Dezembro de 1975, que se seguiu à retirada das forças portuguesas do território, até fins de 1984. As autoridades da Indonésia declaram repetidamente, durante o referido período de tempo, que as condições em Timor-Leste haviam voltado à normalidade - mas a Amnistia Internacional afirma que, cada vez que as autoridades indonésias desmentiam relatórios de violações dos direitos humanos, se verificava posteriormente que tais vio-

A Amnistia Internacional é um movimento mundial de defesa dos direitos humanos, que trabalha imparcialmente pela libertação de presos de consciência: homens e mulheres detidos em qualquer lugar devido às suas crenças, cór, origem étnica, sexo, religião ou língua, conquanto não tenham usado nem advogado violência. A Amnistia Internacional opõe-se à tortura e à pena de morte em todos os casos, sem excepção, e defende a rápida realização de julgamentos imparciais em relação a todos os presos políticos. A Amnistia Internacional é independente de todos os governos, facções políticas, ideologias, interesses económicos e credos religiosos. É financiada pelos seus próprios membros e por subscrições vindas de todo o mundo. A Amnistia Internacional tem estatuto consultivo junto das Nações Unidas (ECOSOC), UNESCO e do Conselho da Europa, tem relações de cooperação com a Comissão Inter-Americana dos Direitos do Homem da Organização dos Estados Americanos, e tem estatuto de observador na Organização da Unidade Africana (Departamento para o Alojamento e Educação dos Refugiados Africanos).

lações e abusos prosseguiam.

A Amnistia Internacional chama a atenção para o facto do acesso a Timor-Leste de observadores estrangeiros independentes ter sido, desde a invasão, limitado e irregular. O Relatório inclui depoiamentos que referem terem sido os intérpretes avisados para que não divulgassem informações desfavoráveis, terem sido os timorenses de Leste que saíam para o estrangeiro ameaçados para que não fornecessem informações sobre o território, e terem sido colocadas diversas dificuldades à livre circulação dos visitantes.

O Relatório de 92 páginas, do qual é hoje editada uma versão resumida em português com 28 páginas, refere diversas vagas de violações dos direitos humanos que atingiram pontos de maior intensidade durante os períodos de acções militares de maior dimensão contra as forças pró-independência da Fretilin:

- Depois da invasão de 1975, diversas testemunhas assistiram a execuções em massa de civis e à prática sistemática da tortura.
- Em fins de 1978 e 1979, foi referido que centenas de cidadãos foram executados ou "desapareceram" durante a "Operação Limpeza".
- Em 1980, muitas pessoas "desapareceram" ou verificou-se terem sido executadas, algumas delas espancadas até à morte, como represália a um ataque da Fretilin.
- Em 1981, como forma de segurança, as forças indonésias utilizaram milhares de civis como "barreira" humana de protecção ao seu avanço. Segundo foi relatado, as pessoas que se recusaram a cooperar, foram detidas e torturadas.
- Em 1983, em consequência de uma nova "Operação de Limpeza", destinada a eliminar a Fretilin, "desapareceram" ou morreram sob custódia das forças armadas indonésias, mais umas centenas de pessoas.

Desde o início destas vagas e durante os períodos de intervalo, de acordo com relatos de fontes idóneas recebidos pela Amnistia Internacional, as violações de direitos humanos continuaram a verificar-se. O Relatório refere em detalhe casos de execução de prisioneiros que se renderam após lhes ter sido prometida uma amnistia, e a prisão, tortura e detenção de pessoas apenas suspeitas de não serem leais à admnistração indonésia.

Acções de espancamento, choques eléctricos, queimaduras com isqueiros, e abusos sexuais são alguns dos métodos de que terão sido vítimas indíviduos com origens num amplo leque social: camponeses pobres, estudantes, professores, trabalhadores não especializados e funcionários do governo local.

O Relatório descreve casos de prisioneiros detidos sem julgamento em condições desumanas, nos primeiros anos de ocupação indonésia. A Amnistia Internacional refere que embora as autoridades indonésias tenham iniciado o julgamento de prisioneiros políticos nos últimos dois anos, não são autorizados observadores independentes nesses julgamentos.

(EMBARGADO ATE AS ØØ.Ø1 HORAS DE 4ª. FEIRA, 26 DE JUNHO DE 1985)